

ÍNDICE

NOTAS PRÉVIAS	7
ABREVIATURAS	9
§ 1. INTRODUÇÃO: IMPORTÂNCIA DO DEBATE EM TORNO DA «NATUREZA» DA PERSONALIDADE COLETIVA; RAZÃO DE ORDEM	13
§ 2. A TEORIA DA FICÇÃO EM FRIEDRICH CARL VON SAVIGNY	17
§ 3. O REALISMO ORGÂNICO DE OTTO VON GIERKE	37
§ 4. ENTENDIMENTOS ANALÍTICOS DA PERSONIFICAÇÃO	57
4.1 As teorias analíticas « <i>puras</i> »: em particular, o individualismo metodológico (ou «reducionismo» jurídico) como pressuposto de base	57
a) Tullio Ascarelli	61
b) Floriano d'Alessandro	64
c) Francesco Galgano	66
d) Anna Pintore e Umberto Scarpelli	73
4.2 Manifestações analíticas nos entendimentos da personalidade na Doutrina portuguesa	85
a) António Menezes Cordeiro	85
b) Pedro Caetano Nunes e José Ferreira Gomes	93
c) José Engrácia Antunes	94
d) Diogo Costa Gonçalves	96
e) Hugo Ramos Alves	99

§ 5. VANTAGENS DA REFERÊNCIA A «PESSOA» COLETIVA	101
5.1 Recusa do individualismo metodológico caracterizador das correntes analíticas «puras»: a pessoa coletiva como sujeito de direitos e deveres	101
a) Da imputação pessoa coletiva-membros à imputação membros-pessoa coletiva	103
b) A pessoa coletiva como agente: a atuação da pessoa coletiva como atuação coletiva	106
c) Cont.: responsabilidade civil da pessoa coletiva pelos danos causados no âmbito da atuação coletiva	118
5.2 Apreensão do significado ético-valorativo da referência a «pessoa» coletiva	127
a) A pessoa coletiva como fim em si mesmo: pessoa como categoria de liberdade e conceito de igualdade	127
b) Direitos fundamentais da pessoa coletiva	137
c) Direitos de personalidade da pessoa coletiva	161
d) A dimensão ética da atuação da pessoa coletiva: Corporate Social Responsibility (CSR), Corporate Purpose e Environmental Social Governance (ESG)	169
5.3 Vantagens metodológicas: determinação do regime aplicável e o processo de aplicação de normas jurídicas às pessoas coletivas	225
§ 6. BIBLIOGRAFIA GERAL	233
§ 7. ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA	259
7.1 Portugal	259
7.2 Alemanha	260
7.3 Outras jurisdições	260